



São Paulo, 19 de fevereiro de 2025.

COMUNICADO AOS NOSSOS FORNECEDORES / PRESTADORES DE SERVIÇOS SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS E OUTROS REQUISITOS

Prezados Senhores.

Complementando o atendimento às exigências da Norma ISO 14001:2015, a Sabó deve comunicar aos seus fornecedores a necessidade do atendimento à legislação ambiental.

Para tanto relacionamos abaixo os principais requisitos legais e outros vigentes, que devem ser atendidos de acordo com o ramo de atividade de sua empresa.

Informamos que caso não haja nenhuma manifestação por parte da Vossa Empresa após o aceite de nosso pedido de compra ou da assinatura do contrato de fornecimento, entenderemos que todos os requisitos aplicáveis à atividade da Vossa Empresa estão sendo atendidos plenamente.

Informamos que eventualmente com agendamento prévio, a Sabó poderá realizar uma auditoria para comprovação do atendimento às referidas legislações.

Atenciosamente,

Luciana Guerra Peramo

Tecnóloga do Sistema de Gestão da Qualidade

Paulo Edson de Moura

Coordenador de Projetos e Instalações

Geral

Lei Federal 8.078 / 90;

Código de proteção do consumidor.

Lei disponível no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm

Decreto Estadual São Paulo 8.468/76

Regulamenta a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente, dispõe sobre as competências da Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente (CETESB), dispõe sobre a classificação e enquadramento e padrão de qualidade das águas, estabelece padrões de lançamentos de efluentes, condições e exigências relacionadas à qualidade do ar, normas sobre proteção e uso e ocupação do solo, normas sobre disposição de resíduos, normas sobre licenciamento ambiental e dispõe sobre a fiscalização e sanções por infrações à legislação ambiental..

Resolução Municipal São Paulo AMLURB 107/17

Regulamenta o cadastro dos operadores do Sistema de Limpeza Urbana do Município e o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) Eletrônico.

Instrução Normativa IBAMA 12/21

Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) e atualiza o rol de ocupações, considerando os profissionais sob fiscalização do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e do Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

Decreto Federal 4.074/02

Regulamenta a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Resolução Federal CONAMA 465/14

Dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos

Lei Estadual São Paulo 17.054/19

Dispõe sobre o registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação e da destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola.

Instrução Técnica (IT) Estadual São Paulo CBM 29/19

Estabelece condições necessárias para a proteção contra incêndio nos locais de comercialização, distribuição e utilização de gás natural.

Instrução Técnica (IT) Estadual São Paulo CBM 32/19

Estabelece os parâmetros para prevenir, controlar e minimizar emergências ambientais, que provoquem riscos à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio em edificações ou áreas de risco onde são produzidos, manipulados ou armazenados produtos perigosos.

Instrução Técnica (IT) Federal DFPC 3/15

Dispõe sobre normatização administrativa relativa à expedição de Guia de Tráfego.

Lei Federal 12.651/12

Institui o chamado "Novo Código Florestal", regulamentando as áreas de Preservação Permanente (APP), as áreas de Reserva Legal, definindo regras gerais sobre a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e a prevenção dos incêndios florestais.

Lei Federal 6.496/77

Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) na prestação de serviços de Engenharia e Agronomia e determina que a execução de obras ou de serviços profissionais nestas áreas ficam sujeitas a esta anotação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente.

Lei Municipal São Paulo (SP) 11.228/92

Institui o Código de Obras do Município de São Paulo-SP. Dispõe sobre as normas a serem obedecidas na elaboração de projetos, obtenção de licenças, ordenamento na execução, manutenção e utilização de obras e edificações.

Lei Municipal São Paulo (SP) 13.264/02

Institui o Programa Municipal de Combate a Prevenção à Dengue.

Lei Municipal São Paulo (SP) 13.478/02

Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, cria e estrutura seu órgão regulador, autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão, cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana (FMLU) e institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD), a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana (FISLURB).

Lei Municipal São Paulo (SP) 13.725/04

Institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

Lei Municipal São Paulo (SP) 16.642/17

prova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, com regras gerais para projetos, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras, edificações e equipamentos, dentro dos limites do imóvel, bem como procedimentos administrativos, executivos e fiscalizatórios correlatos.

Norma Regulamentadora (NR) Federal SEPRT 20/19

Estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

Portaria Federal INMETRO 134/22

Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade consolidados para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.

Portaria Federal INMETRO 58/22

Aprova o Regulamento Consolidado para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade.

Portaria Federal INMETRO 320/21

Aprova os Requisitos Consolidados de Avaliação da Conformidade para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis (IBC), utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Resolução Estadual São Paulo SMA 3/00

Dispõe sobre as relações que fixam a toxicidade permissível aos organismos aquáticos.

Resolução Federal ANVISA 622/22

Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

Resolução Federal Conama 1/90

Dispõe sobre a poluição sonora e os padrões, critérios e diretrizes para a emissão de ruídos de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.

Lei Municipal São Paulo (SP) 11.804/95

Dispõe sobre avaliação da aceitabilidade de ruídos na Cidade de São Paulo, visando o controle da comunidade e define para o município os limites do período diurno, compreendido no horário das 6:00 às 20:00 e período noturno, o horário das 20:00 às 6:00 horas.

Lei Municipal São Paulo (SP) 11.501/94

Dispõe sobre o controle e a fiscalização das atividades que gerem poluição sonora; impõe penalidades.

Portaria Municipal São Paulo (SP) SAR/SEMAB/SEHAB 1/96

Dispõe sobre a emissão de ruídos no Município de São Paulo, e revoga a Portaria Intersecretarial Nº 3/95.

Lei Municipal Mogi Mirim (SP) 5.073/11

Dispõe sobre a proteção ao bem-estar e ao sossego público.

Resolução Federal CONAMA 430/11

Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes líquidos em corpos de água superficiais receptores.

Resolução Federal CONTRAN 958/22

Dispõe sobre os limites de emissões de gases e partículas pelo escapamento de veículos automotores, sua fiscalização pelos agentes de trânsito, requisitos de controle de gases do cárter e sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos.

Resolução Federal CONTRAN 916/22

Dispõe sobre a concessão de código de marca, modelo, versão, bem como sobre a permissão de modificações em veículos.

Decreto Federal 10.030/19

Aprova o Regulamento de Produtos Controlados com os princípios, classificações, definições e normas para a fiscalização de produtos controlados pelo Comando do Exército.

Decreto Municipal São Paulo/SP nº 58.692/19;

Regulamenta as contrapartidas a serem adotadas por novos empreendimentos no Município de São Paulo em relação à área de segurança e prevenção contra incêndios.

Resolução Federal CFT nº 86/19;

Aprova o quadro de atribuições profissionais para os Técnicos Industriais em Edificações, Eletromecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Automação Industrial, Mecânica, Construção Civil, Química, Telecomunicações, eletroeletrônica, no âmbito de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio perante o Corpo de Bombeiros.

Resolução Federal CFT nº 68/19;

Define que os Técnicos em Refrigeração e Ar Condicionado, Técnicos em Mecânica e os Técnicos em Eletromecânica são os profissionais Técnicos Industriais habilitados para elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle de Sistemas de Climatização de Ambiente (PMOC).

Decreto Estadual São Paulo nº 63.911/18;

Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo

Resolução Federal CONFEA nº 1.136/23;

Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional referente à inspeção técnica de veículos leves e veículos pesados, às alterações das características originais desses veículos, e às condições de emissão de gases poluentes e de ruído por eles produzidos. A norma foi incluída entre os Requisitos Legais aplicáveis a esta empresa para avaliação de aplicabilidade e atendimento através dos itens de verificação.

Resolução Federal CONFEA nº 1.137/23;

Fixa os procedimentos para registro, baixa, cancelamento e anulação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ao registro do atestado emitido por pessoa física e jurídica contratante e à emissão da Certidão de Acervo Técnico-Profissional (CAT) e à emissão da Certidão de Acervo Operacional (CAO).

Resolução Estadual SP SEMIL nº 42/23;

Dispõe sobre o procedimento para inscrição de interessados no Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral para comercialização no Estado de São Paulo (CADMINÉRIO) usados como agregados para construção (areias e rochas britadas).

Decisão Normativa Estadual São Paulo CETESB 8/21;

Estabelece procedimento para licenciamento ambiental de estabelecimentos envolvidos nos sistemas de logística reversa e para dispensa do CADRI no âmbito do gerenciamento dos resíduos.

Lei Federal 14.785/23;

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins.

Decreto Estadual SP nº 68.107/23;

Regulamenta o registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação e da destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola.

Lei Federal 14.850/24

Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão da qualidade do ar no território nacional.

Lei Municipal Mogi Mirim/SP 6.806/24

Dispõe sobre a política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente.

Decisão Normativa Estadual SP CETESB 56/24

Dispõe sobre o agrupamento em blocos das etapas do gerenciamento de áreas contaminadas e o procedimento de solicitação de Pareceres Técnicos para submissão à CETESB dos relatórios referentes à execução das etapas do Procedimento para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas.

Resolução Federal CFQ 329/24

Dispõe sobre a atuação do profissional da Química na área do controle e monitoramento da qualidade do ar de ambientes internos ou externos, públicos ou privados.

Resolução Federal ANVISA 922/24

Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio.

Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Federal CFC 1/24

Aprova a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), Norma Técnica de Sustentabilidade (TDS) nº 01, Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, que exige que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Federal CFC 2/24

Aprova a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), Norma Técnica de Sustentabilidade (TDS) nº 02, Divulgações Relacionadas ao Clima, que exige que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que sejam relevantes aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade.

Portaria Municipal São Paulo, SP SVMA 122/24

Dispõe sobre a implementação ou regularização de empreendimentos ou atividades em imóveis urbanos, pela ocupação de áreas de preservação permanente (APP), que estejam descaracterizadas pela temporalidade de sua ocupação ou pela perda de suas funções ambientais.

Resolução Federal ANA 230/24

Aprova a Norma de Referência nº 11/2024 que dispõe sobre as condições gerais para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Favor observar o ramo de atividade específico de sua Empresa:

1. Resíduos

1.1 Óleos / Solventes

Licenciamento ambiental atualizado;

Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:

Lei Municipal da Cidade de Mogi Mirim Nº 4.814/09;

Dispõe sobre a proteção do meio ambiente na comercialização, na troca e no descarte de óleo lubrificante.

Lei Estadual Nº 14.186/10;

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes.

Norma Regulamentadora (NR) Federal MTP nº 25/22;

Estabelece requisitos de segurança e saúde no trabalho para o gerenciamento de resíduos industriais.

1.2 Resíduos de Coprocessamento

Licenciamento ambiental atualizado;

Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:

Resolução CONAMA Nº 499/20;

Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.

Norma Técnica Estadual São Paulo CETESB 4.263/03

Dispõe sobre procedimento para Utilização de Resíduos em Fornos de Produção de Clínquer (Processo e 341/03) – dez/03.

1.3 Resíduos Diversos

Lei Municipal Mogi Mirim (SP) 4.991/10

Institui regulamentação técnica para o gerenciamento de resíduos sólidos de saúde no Município de Mogi Mirim - SP.

Resolução Federal CONAMA 307/02

Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos gerados nas atividades de construção civil. A resolução está em processo de revisão.

Resolução Federal CONAMA 481/17

Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos industriais e outros, não se aplicando à compostagem de baixo impacto assim reconhecida pelo órgão ambiental competente, desde que o composto seja para uso próprio ou quando comercializado diretamente a o consumidor final.

Resolução ANVISA 161/04

Proíbe a partir de 01/12/2004 a instalação de novas máquinas de lavar roupa que operem com percloroetileno, como substância ou produto em qualquer concentração, que não possuam sistema de absorção de gases capaz de esgotar o percloroetileno residual do tambor de lavagem antes da abertura da porta de acesso, após ciclo de lavagem.

Lei Municipal Nº 14.803/08

Dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, sobre o Programa Municipal de Gerenciamento e Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil previstos na Resolução CONAMA 307/02, no Município de São Paulo-SP.

Decreto Estadual Nº 54.645/09

Regulamenta a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Lei Federal Nº 12.305/10

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos e sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e instrumentos econômicos aplicáveis.

Decreto Federal nº 10.240/20;

Regulamenta e complementa as normas para a implementação de sistema de logística reversa obrigatória dos produtos eletroeletrônicos de uso doméstico definidos e seus componentes, incluindo pilhas, baterias ou lâmpadas integrantes e não removíveis de sua estrutura física.

Decreto Municipal 54.991/14

Institui o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo - SP. A norma estabelece responsabilidades de órgãos públicos e colaboradores privados, define diretrizes e objetivos do Plano, conceitua e classifica resíduos; apresenta um diagnóstico da situação atual e um prognóstico da situação futura, define programas e ações para redução de massa e trata da ampliação da participação pública.

Resolução Municipal São Paulo/SP AMLURB nº 130/19;

Regulamenta o cadastro dos operadores do Sistema de Limpeza Urbana do Município e o Controle de Transporte de Resíduos Sólidos para os Grandes Geradores (CTR-e GG).

Resolução Federal ANP nº 942/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Resolução Federal ANP nº 943/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Lei Estadual SP nº 17.806/23;

Disciplina a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no Estado de São Paulo.

Lei Federal nº 14.785/23;

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins.

2. Transporte (Verificar adequação dos Transportadores que prestam serviços à sua empresa)

Licenciamento ambiental atualizado;

Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:

Lei Federal 9.055/95

Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como as das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim.

Lei Municipal Mogi Mirim (SP) 3.319/00

Dispõe sobre os procedimentos de segregação, armazenamento, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sépticos. Menciona as NBRs 9150, 12808 e 12809.

Portaria Federal MINTER 100/80

Estabelece padrões da escala Ringelmann como limite para as emissões de fumaça preta de veículos movidos a diesel.

Portaria IBAMA Nº 85/96

Dispõe para toda empresa com frota própria a diesel de transporte de carga ou de passageiro a criação e adoção de um Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto a Emissão de Fumaça Preta.

Lei Municipal Nº 11.368/93

Dispõe sobre o Transporte Produtos Perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no Município de São Paulo.

Resolução CONTRAN Nº 919/22

Estabelece as especificações para os extintores de incêndio de instalação obrigatória ou facultativa nos veículos automotores.

Lei Estadual Nº 12.300/06

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

Portaria INMETRO 320/21

Aprova os Requisitos Consolidados de Avaliação da Conformidade para Embalagens,



Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis (IBC), utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Portaria CPRN Nº 24/06

Dispõe sobre Licença para transportes de produtos e subprodutos florestais de origem nativa.

Resolução ANTT nº 5.982/22

Regulamenta procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

Portaria INMETRO Nº 320/21;

Aprova os Requisitos Consolidados de Avaliação da Conformidade para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis (IBC), utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Decreto Municipal Nº 50.446/09;

Regulamenta o transporte de produtos perigosos por veículos de carga nas vias públicas do Município de São Paulo, nos termos da legislação específica.

Portaria SVMA Nº 54/09;

Dispõe sobre o Plano de Atendimento a Emergências no transporte de produtos perigosos por veículo de carga nas vias públicas do Município de São Paulo.

Instrução normativa IBAMA 05/12

Dispõe sobre o procedimento transitório de autorização ambiental para o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual, terrestre e fluvial, de produtos perigosos.

Resolução CONTRAN 945/22

Fixa os requisitos mínimos de segurança para amarração das cargas transportadas em veículos de carga.

Decreto Municipal São Paulo (SP) 56.920/16

Estabelece conceitos e normas para o trânsito de caminhões no Município de São Paulo.

Portaria DSV Nº 53/12

Proíbe a circulação de veículos que transportam produtos perigosos nos dias, horários e locais que especifica no Município de São Paulo – SP.

Lei Federal 9.503/97

Institui o Código de Trânsito Brasileiro, que disciplina o trânsito nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, incluindo a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Resolução Federal CONTRAN 789/20

Consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos.

PORTARIA ESTADUAL SÃO PAULO DETRAN 12/00

Define os critérios para credenciamento e registro de Entidades Formadoras de Condutores de Transporte de Escolares, de Transporte de Produtos Perigosos, de Transporte de Coletivo de Passageiros e de Transporte de Emergência.

Portaria Municipal São Paulo SMT 137/18

Dispõem sobre a restrição de circulação de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC) da cidade de São Paulo

Decreto Municipal São Paulo 58.401/18

Dispõe sobre os veículos utilizados para coleta e o transporte de resíduos sólidos no Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, bem como estabelece mecanismos de denúncia sobre o descarte irregular de resíduos.

Resolução Federal DNIT 7/21

Dispõe sobre o uso das faixas de domínio de rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Instrução Normativa Federal IBAMA nº 24/19

Especifica as hipóteses de obrigatoriedade de emissão da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos para o transporte interestadual de rejeitos eletroeletrônicos

Portaria Federal INMETRO nº 91/22

Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para a execução das atividades materiais e acessórias que subsidiam as verificações subsequentes de cronotacógrafos.

Instrução Normativa Federal IBAMA nº 16/22;

Institui o sistema do Documento de Origem Florestal Rastreabilidade (DOF+), como ferramenta de emissão, gestão e monitoramento das licenças obrigatórias para transporte e armazenamento de produtos florestais de espécies nativas do Brasil.

Portaria Federal PRF nº 24/23;

Aprova e institui o Regulamento dos Serviços de Escolta de Cargas Indivisíveis e Superdimensionadas e documentos correlatos.

Instrução Normativa Federal DNIT nº 5/23;

Estabelece aos expedidores os procedimentos e as orientações para o cadastro de informações de rotas dos fluxos de transporte de produtos perigosos ao DNIT.

Resolução Federal CONTRAN nº 993/23;

Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e relaciona o índice de regulamentações sobre segurança veicular aplicáveis.

Resolução Federal CONTRAN 882/21;

Estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres.

Portaria Federal PRF nº 26/23;

Altera a Portaria Federal PRF nº 24, de 26 de janeiro de 2023, que aprova e institui o Regulamento dos Serviços de Escolta de Cargas Indivisíveis e Superdimensionadas e documentos correlatos.

Resolução Federal ANP nº 947/23;

Regulamenta o estacionamento de veículos transportadores de recipientes transportáveis de GLP cheios, parcialmente utilizados ou vazios, no interior de imóvel onde exista área de armazenamento para recipientes transportáveis de GLP.

Resolução Federal ANP nº 938/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista.

Resolução Federal ANP nº 953/23;

Regulamenta o transporte motorizado terrestre de recipientes transportáveis de GLP para a comercialização em áreas urbanas e rurais, com entrega em domicílio de consumidores, em estabelecimentos comerciais e industriais para consumo próprio ou em outro revendedor autorizado pela ANP.

Resolução Federal ANTT 5.998/22;

Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares.

Resolução Federal CONTRAN 946/22;

Dispõe sobre o transporte de cargas de sólidos a granel nas vias abertas à circulação pública em todo o território.

Portaria Federal INMETRO 265/24

Estabelece medidas a serem adotadas durante o período de restrição de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada (SGI), do Portal de Serviços do Inmetro nos Estados (PSIE) e do Sistema de Cronotacógrafos, em todo Território Nacional, na área de Fiscalização de Metrologia Legal.

Portaria Municipal São Paulo, SP SMT 52/24

Dispõe sobre Autorização Especial de Trânsito (AET) referente ao transporte de carga, no âmbito do município de São Paulo, para os veículos e combinações de veículos utilizados para o transporte de carga cujas dimensões, peso e carga transportada excedam os limites estabelecidos pelo CONTRAN.

Resolução Federal CNSP 478/24

Estabelece diretrizes gerais aplicáveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Veículo - RC-V, para cobertura de danos corporais e materiais causados a terceiros pelo veículo automotor utilizado no transporte rodoviário de cargas.

3. Produtos Químicos

Licenciamento ambiental atualizado;

Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:

Portaria Federal MJSP nº 204/22

Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

Resolução CONAMA Nº 340/03

Institui procedimentos para utilização de cilindros de armazenamento de gases que destroem a Camada de Ozônio e para a retirada de tais substâncias, visando evitar vazamentos para a atmosfera.

Instrução Normativa (IN) Federal IBAMA 5/18

Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal.

Portaria Federal INMETRO 445/21

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade consolidados para Descontaminação de Equipamentos Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos das classes de risco 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 9.

Portaria DPC Nº 03/08;

Dispõe sobre os processos atinentes aos requerimentos para concessão de Alvará e Certificado de vistoria na Divisão de Produtos Controlados da Polícia Civil do Estado de São Paulo para atividades com produtos controlados, incluindo fabricação, importação e exportação, comércio, depósito fechado, manipulação, transporte e uso.

LEI FEDERAL Nº 11.442/2007

Dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de carga realizado por terceiros, assim como os mecanismos de sua operação e sua responsabilidade no transporte e institui o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

PORTARIA INMETRO Nº 58/22

Aprova o Regulamento Consolidado para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade.

PORTARIA INMETRO Nº 108/22

Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade consolidados para Extintores de Incêndio.

RESOLUÇÃO ANVISA Nº 161/04

Proíbe a partir de 01/12/2004 a instalação de novas máquinas de lavar roupa que operem com percloroetileno, como substância ou produto em qualquer concentração, que não possuam sistema de absorção de gases capaz de esgotar o percloroetileno residual do tambor de lavagem antes da abertura da porta de acesso, após ciclo de lavagem.

Portaria Federal Exército nº 1.729/2019;

Aprova as Normas Reguladoras dos procedimentos administrativos relativos ao comércio exterior de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) no âmbito do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (EB10-N-03.002), 1ª Edição, 2019.

Resolução Federal ANP nº 948/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Resolução Federal ANP nº 950/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

Resolução Federal ANP nº 957/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Resolução Federal ANP nº 958/23;

Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP).

4. Embalagem de Madeira

Licenciamento ambiental atualizado;

Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:

- **Portaria CPRN Nº 24/06;**

Dispõe sobre Licença para transportes de produtos e subprodutos florestais de origem nativa.

Lei Municipal Nº 5.429/13

Estabelece procedimento de controle ambiental para utilização, armazenamento ou transporte de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, no Município de Mogi Mirim.

Instrução Normativa IBAMA 21/14

Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos.

Instrução Normativa (IN) Federal ANVISA/IBAMA/SDA 2/15

Autoriza o uso de brometo de metila no Brasil exclusivamente em tratamento fitossanitário com fins quarentenários nas operações de importação e de exportação.

Portaria Federal MAPA nº 514/22;

Estabelece os procedimentos de fiscalização e de certificação fitossanitária de embalagens e suportes de madeira destinados ao acondicionamento de mercadorias importadas ou exportadas pelo Brasil, e dos componentes e peças de madeira utilizados para sua confecção.

Instrução Normativa Federal IBAMA 2/24

Institui, no âmbito do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor+), o Módulo de Autorização Simplificada como ferramenta de cadastro, análise, emissão, gestão e monitoramento das autorizações objeto de procedimento simplificado em nível nacional.